

***KIM* E A LITERATURA COLONIAL DE LÍNGUA INGLESA**

Vanderlei J. Zacchi*

Resumo

Kim é não apenas um dos livros mais importantes de Rudyard Kipling, mas ocupa também posição de destaque na literatura de língua inglesa. Foi lançado em 1901, quando a Índia, onde se passa o romance, era ainda uma possessão britânica e doze anos após Kipling, tendo nascido na Índia, haver migrado para a Inglaterra. As relações entre os personagens orientais e britânicos no romance sugerem uma visão estereotipada das diferenças raciais e culturais. A análise dessas relações será feita, em primeiro lugar, a partir de uma contextualização da literatura colonial de língua inglesa. *Kim* se insere numa segunda etapa dessa literatura, na qual predominava um ponto de vista predominantemente britânico e que buscava afirmar a legitimidade do império. E, em segundo lugar, a partir do conceito de orientalismo, conforme desenvolvido por Edward Said (1995). Esse conceito demonstra como os ocidentais fazem uso de sínteses e estereótipos para descrever o Oriente e conceber visões autorizadas sobre ele.

Palavras-chave: Rudyard Kipling; literatura colonial; orientalismo

Abstract

Kim is not only one of Rudyard Kipling's most important books, but it also occupies position of prominence in English language literature. It was released in 1901, when India, where the novel is set, was still a British possession and twelve years after Indian born Kipling had migrated to England. The relationships between the Eastern and the British characters in the novel suggest a stereotyped view of racial and cultural differences. These relationships will be analysed in the context of English colonial literature and within the framework of Edward Said's (1995) Orientalism. *Kim* belongs to the second stage of the English colonial

literature, which embodied the point of view of the British and sought to assert the rightness of empire. Orientalism is a Western style for describing and having authority over the Orient. It is particularly concerned with the representation of its inhabitants through the use of syntheses and stereotypes.

Keywords: Rudyard Kipling; colonial literature; Orientalism

Apesar de não haver um consenso a respeito da definição de literatura colonial de língua inglesa, Elleke Boehmer (1995) a divide em duas etapas distintas. Na primeira, havia uma preocupação com as experiências e percepções coloniais. Era uma literatura escrita principalmente pelos próprios britânicos e contribuía para reforçar a idéia de que a Grã-Bretanha era um poderio mundial dominante. O imperialismo era apresentado como parte da ordem natural das coisas.

A literatura referente ao segundo período, por outro lado, ocupava-se da *expansão* colonial. Também era escrita preponderantemente pelos britânicos e os temas tratavam das terras dominadas por eles a partir de seu próprio ponto de vista. Essa literatura se caracterizava por teorias que afirmavam a superioridade da cultura europeia e a legitimidade do império. Sua linguagem distintivamente estereotipada tinha como função mediar as relações entre os brancos e os povos colonizados (Boehmer, 1995, p. 2-3). O romance *Kim* (1901/1994), de Rudyard Kipling, está inserido nesta segunda fase.¹ A trama se passa na Índia, mas são as ações dos colonizadores que ocupam o plano central, obscurecendo, portanto, o ponto de vista do colonizado.

Kipling nasceu na Índia em 1865, tendo-se estabelecido posteriormente na Inglaterra. *Kim* foi publicado em 1901, doze anos após a saída de Kipling da Índia. Ocupa posição privilegiada na obra do autor assim como em toda a literatura de língua inglesa. Para Said (1995), apenas Joseph

* Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal de Sergipe e doutorando em Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês pela USP

¹ As menções à literatura colonial de língua inglesa, no restante deste trabalho, referem-se a este segundo período.

Conrad equipara-se a Kipling (apesar de nenhum dos dois ter nascido na Inglaterra) em fazer da experiência do império o principal tema de sua obra e conseguir expressá-la de maneira tão vigorosa, levando “para uma audiência doméstica, basicamente insular e provinciana, o colorido, o *glamour* e o romantismo do empreendimento ultramarino britânico” (p. 179), ao qual tinham acesso apenas setores específicos da sociedade. A Índia, referência de Kipling, nunca foi tema de Conrad no entanto. Ao final do século XIX, havia se tornado a maior e mais lucrativa possessão colonial britânica, exercendo enorme influência, nas mais diversas áreas, sobre a vida na metrópole.

Uma das características da literatura colonial é a ausência de personagens nativos como protagonistas. Em geral, a maior parte da trama central se desenrola a partir das ações dos colonizadores. Todo conflito de maior importância se refere a eles, à “tentativa de modelar seu mundo à sua imagem” (Boehmer, 1995, p. 66). Esse senso de centralidade ou superioridade imperial se expressa na narrativa colonial através de certos temas dominantes: a divisão racial e os perigos do contato transcultural; a proficiência tecnológica e administrativa dos europeus; a representação de outros povos e sua incompreensibilidade. A literatura colonial “oferece o espetáculo de uma sociedade reproduzindo a si mesma, representando incessantemente a si mesma suas próprias crenças e história, afirmando amiúde sua invencibilidade” (Boehmer, 1995, p. 67), mesmo quando os povos colonizados expressam resistência ou indiferença ao poder colonial.

Em *Kim*, o menino protagonista representa os diversos mundos indianos que habita. Não é um nativo, pois, apesar de ter nascido na Índia, é branco, filho órfão de um sargento irlandês do Exército indiano e de uma mãe igualmente branca. Embora Kim nunca tenha saído de solo indiano, sua origem – comprovada por papéis que carrega consigo – será sempre um diferencial. Exemplo desse aspecto é o episódio em que os ingleses, ao descobrir que ele não é um nativo, enviam-no a uma escola própria para brancos. Nenhum personagem oriental no romance ocupa o centro da cena. Sua importância está sempre vinculada ao seu relacionamento com Kim ou à sua participação no Grande Jogo, o serviço secreto da Índia britânica, que desempenha um papel fundamental na narrativa: diante de um complô de inspiração russa que pretende instigar uma insurreição numa província do norte do país, o serviço secreto elabora um plano para derrotá-lo, no qual o menino se envolve desempenhando tarefas cada vez mais complexas.

Kim incorpora dessa maneira a autoridade imperial britânica, diferentemente do que poderia ocorrer a personagens orientais. Sendo de origem européia, pode entender a cultura indiana tanto como nativo quanto como um observador externo. Pode ao mesmo tempo dissecar confiantemente a vasta paisagem indiana e imitar a diversidade da

sociedade local, interpretando diferentes castas e grupos, de maneira a enganar até os próprios nativos.

Apesar da autoconfiança imperial, o medo de outras culturas, ou do primitivo, está também presente nos textos coloniais. Numa época em que as idéias do darwinismo social estavam em voga, acreditava-se que a união com pessoas de pele escura poderia comprometer a identidade dos brancos e ameaçar a pureza de raça (Boehmer, 1995, p. 68). Com a classificação racial, seria possível explicar a variedade biológica, mas, mais do que isso, estabelecer também a superioridade ou inferioridade de tipos culturais diferentes com base numa escala evolucionária. Acreditava-se assim haver uma grande lacuna separando as raças brancas das negras. As diferenças entre o colonizador e o colonizado, o europeu e o Outro, eram então representadas em termos absolutos, com base na biologia. O darwinismo social forneceu, portanto, os fundamentos para a definição dos europeus como os mais aptos de toda a humanidade e para a defesa do império baseada nessa suposta superioridade. Kipling também adota essas teorias de diferença e supremacia racial ao estabelecer hierarquias de comando em suas narrativas.

Os padrinhos indianos de Kim, todos adultos, treinados e competentes em seus ofícios, oferecem irrestritamente seus serviços e respeito ao menino branco. Diferentes raças têm diferentes predisposições à autoridade. Nesse contexto, a amizade entre Kim e o lama é singular, ao unir o menino branco ao Outro, o monge budista, com base numa cooperação mútua. Mas ao mesmo tempo o pragmatismo e o conhecimento de mundo de Kim – sua racionalidade branca – são representados como uma estratégia mais bem sucedida para se lidar com um mundo perigoso do que a espiritualidade do lama. (Boehmer, 1995, p. 86)

O estabelecimento de hierarquias está presente também no processo de identificação de colonizadores e colonizados. Um dos aspectos mais significantes da auto-projeção européia era sua representação dos povos nativos. Estes eram interpretados através da reprodução metafórica ou estereotipada, de modo que a estranheza que representavam fosse ao mesmo tempo “marcada e mascarada” (Boehmer, 1995, p. 79). Esse processo de identidade e alteridade é fundamental para o processo de colonização. O nativo correspondia ao termo subordinado pelo qual a individualidade européia era definida. Em contraponto à superioridade dos europeus, os colonizados eram representados negativamente: menos humanos e menos civilizados; como crianças, selvagens ou animais; no coletivo, como uma multidão amorfa. Especialmente nos casos em que havia resistência, os europeus representavam os colonizados como desregrados, inescrutáveis ou malignos. As multidões sugeriam falta de caráter ou de vontade individual.

As ações do menino Kim oscilam sempre entre os dois aspectos de sua formação: sua origem branca e sua cri-

ação indiana. Não é de seu caráter, por exemplo, mentir, mas, se necessário, ele “poderia mentir como um oriental” (Kipling, 1994, p. 36). Seu comportamento diante do dinheiro também reflete essa dupla orientação. No trajeto para Umballa, o lama, seu companheiro de peregrinação pela Índia, entrega-lhe seu dinheiro para que Kim compre duas passagens de trem. Este, surpreendendo-se com o gesto de confiança do tibetano, entrega no guichê o dinheiro suficiente. O “sonolento” vendedor, no entanto, tenta lhe enganar entregando duas passagens para um trajeto menor. Depois de conseguir as passagens certas, ele devolve ao lama o dinheiro restante, não sem antes manter para si uma pequena quantia, “a imemorial comissão da Ásia” (p. 41).² Noutra passagem, em sua primeira tarefa no Grande Jogo, Kim faz a entrega de uma encomenda a um oficial inglês, que lhe joga uma moeda. Escondido atrás de um arbusto, Kim a recolhe, “mas, a despeito de todo seu treinamento, ele era irlandês de nascença o suficiente para considerar o dinheiro a parte menor de um jogo. O que ele queria era o efeito visível da ação” (p. 53).³

A caracterização dos personagens é reveladora. No lama tibetano, ressalta-se seu desprendimento e sua simplicidade por confiar o dinheiro a Kim. O funcionário indiano é apresentado como preguiçoso, trapaceiro e indolente. Kim lhe faz ver que seu truque poderia funcionar com gente do campo, mas não com ele, que vinha de uma cidade grande. Por fim, o protagonista é apresentado em sua dupla face. Oriental o bastante para reter consigo uma pequena parte do dinheiro do lama, que se justifica pelo fato de que esse é um hábito tradicional, de tempos imemoriais, com pouca probabilidade de vir a mudar um dia. E europeu o bastante para não se contentar apenas com uma pequena recompensa em dinheiro por uma tarefa. Ele quer ação: ter um papel mais ativo no Grande Jogo, o qual, apesar de ter indianos em serviço, tem nos britânicos seus principais atores e articuladores. No final da narrativa, ele acabaria ingressando no serviço secreto em tempo integral.

Williams (1994, p. 487) aponta que, em *Kim*, na comparação com os ingleses, os indianos são apresentados como deficientes ou anormais, em vários aspectos. Eles não possuem uma noção apropriada de tempo – “até mesmo um oriental, com uma visão oriental do valor do tempo, poderia ver que quanto antes ele [o relatório] chegasse nas mãos certas melhor” (Kipling, 1994, p. 34) –, velocidade, ordem, organização e linguagem – “Seguiu-se o habitual balbucio ocioso que todo nativo de baixa casta tem de proferir em toda ocasião” (p. 184).⁴

Para completar essas visões estereotipadas acerca dos povos nativos, suas características eram apresentadas como imutáveis e estáticas: o colonizado era incapaz de mudar. “A Índia toda está cheia de homens santos balbuciando evangelhos em línguas estranhas; agitados e consumidos no fogo de seu próprio ardor; sonhadores, tagarelas e visionários: assim é desde o início e assim será até o fim.” (Kipling, 1994, p. 48)⁵

Edward Said cunhou o termo “orientalismo” para designar a maneira como os ocidentais lidam com o Oriente, descrevendo-o e concebendo visões autorizadas sobre ele: “O orientalismo é um estilo ocidental de dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (*apud* Williams, 1994, p. 482). Refere-se também à relação entre conhecimento e poder. Mais especificamente, à produção de várias categorias de conhecimento sobre os nativos – histórico, lingüístico, religioso, moral e político –, normalmente apresentado em forma de sínteses, regras universais e verdades invariáveis. Conseqüentemente, esse conhecimento pode facilmente se transformar em estereótipos. Assim, os europeus são apresentados como os responsáveis por proporcionar aos orientais as primeiras descrições detalhadas e explicações adequadas de sua própria história, religião, língua etc. Em *Kim*, o lama, um grande sábio budista tibetano, procura o curador inglês de um museu para informar-se sobre sua própria religião. Ao passo que o garoto Kim seria a representação última de uma forma particular de orientalismo: o europeu que domina tão bem a cultura oriental que pode se fazer passar por um “deles” (Williams, 1994, p. 486-487).

Para Said, toda a narrativa de *Kim* guarda referências à divisão absoluta entre brancos e não-brancos. Nada poderia alterá-la. Kipling, portanto, nunca questionaria essa diferença e o direito de domínio do europeu. Não porque não os enxergasse, mas simplesmente porque, para ele, não havia qualquer conflito: um dos objetivos do romance seria justamente mostrar a ausência de conflitos (Said, 1995, p. 194). A própria situação da Índia em relação ao domínio inglês ilustra esse aspecto. Para Kipling, o melhor destino da Índia era ser governada pela Inglaterra.

Said aponta dois episódios que deixam clara essa posição. O primeiro deles diz respeito a um acontecimento histórico: a Grande Revolta de 1857 – ou o Motim, como a chamam os ingleses –, “o episódio mais importante, mais violento e mais conhecido da relação anglo-indiana no século XIX” (Said, 1995, p. 194). As representações históricas indiana e britânica acerca do acontecimento divergem consideravelmente, reforçando a diferença entre coloniza-

² the immemorial commission of Asia.

³ but, for all his training, he was Irish enough by birth to reckon silver the least part of any game. What he desired was the visible effect of action;

⁴ even an Oriental, with an Oriental's views of the value of time, could see that the sooner it was in the proper hands the better. / Followed the usual aimless babble that every low-caste native must raise on every occasion.

⁵ All India is full of holy men stammering gospels in strange tongues; shaken and consumed in the fires of their own zeal; dreamers, babblers, and visionaries: as it has been from the beginning and will continue to the end.

dor e colonizado – daí também a discordância na denominação do episódio (Revolta vs. Motim). De um lado, a solidariedade com as vítimas da represália britânica. De outro, o choque e o horror diante das demonstrações de crueldade dos indianos. Kipling escolhe, para comentar a Revolta, um indiano, que na verdade era um soldado legalista e que considerava a revolta de seus conterrâneos um gesto de loucura.

Reduzir a insatisfação indiana, a resistência indiana [...] à insensibilidade britânica a uma “loucura”, representar as ações indianas sobretudo como uma decisão congênita de matar mulheres e crianças inglesas: isso não é uma redução meramente inocente do caso nacionalista indiano, e sim tendenciosa. (Said, 1995, p. 196)

Kipling oferece portanto uma visão inglesa do Motim, colocando-a na boca de um indiano. Uma visão oposta e mais provável, nacionalista, não aparece no romance. No entender de Said, ao invés de nos mostrar dois mundos conflitantes, o autor oferece-nos apenas um, em que qualquer possibilidade de conflito é eliminada.

O segundo exemplo refere-se à seguinte passagem. Kim, o lama e uma senhora viúva, que os acolhera em sua comitiva, dirigem-se a uma cidade próxima, quando um superintendente da polícia passa por eles. Depois de saber que, apesar de inglês, ele havia se criado nas montanhas do Himalaia indiano, a viúva põe-se a refletir:

Esses é que devem supervisionar a justiça. Eles conhecem a terra e os costumes da terra. Os outros, todos recém-chegados da Europa, amamentados por mulheres brancas e aprendendo nossas línguas nos livros, são piores do que a peste. Eles prejudicam os reis. (Kipling, 1994, p. 104)⁶

Para Said, essa é a maneira de Kipling demonstrar que os nativos aceitam o domínio colonial, desde que seja do tipo “certo”.

Historicamente, foi sempre assim que o imperialismo europeu se fez aceitável para si mesmo, pois o que haveria de melhor para a imagem que fazia de si mesmo do que súditos nativos expressando seu consentimento ao poder e saber do estrangeiro, implicitamente aceitando o juízo europeu sobre a natureza atrasada, subdesenvolvida ou degenerada de sua própria sociedade? (Said, 1995, p. 198)

Não seria justo, no entanto, considerar *Kim* simplesmente como uma “criação racista de um imperialista ultra-reacionário e perturbado” (Said, 1995, p. 199). Said observa que essa é uma obra de grande mérito estético e que Kipling, “um artista extremamente talentoso” (p. 199), dispunha do apoio de monumentos abalizados da cultura européia do século XIX. Portanto, aspectos abordados neste trabalho – como a inferioridade das raças não brancas, a necessidade de serem governadas por uma raça “superior” e sua essência absoluta e imutável – constituíam um axioma quase que incontestado na época.

Outros críticos fornecem também leituras diversas de *Kim* (Williams, 1994, p. 480-481), repudiando modos racistas de caracterização e, mais do que isso, percebendo no romance um retrato de harmonia racial futura e possibilidades de supressão da lacuna existente entre colonizadores e colonizados. Ou ainda como uma imagem não estereotipada do nativo e uma celebração positiva da diferença. A validade dessas interpretações é discutível, porém o mais importante é considerar que a leitura proposta acima deve ser efetuada levando-se em conta que sempre houve resistência à presença colonial. Ainda que também houvesse cooperação por parte dos nativos, sua submissão ao controle britânico não era um ato meramente passivo. A importância dessa afirmação reside no fato de que a resistência está na raiz dos movimentos que viriam a contestar o domínio britânico e eventualmente conquistar a liberdade política da Índia em 1947, dando início a uma fase de forte nacionalismo e de afirmação da cultura local, que serviram de base para a chamada literatura pós-colonial de língua inglesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOEHMER, Elleke. *Colonial and postcolonial literature*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- KIPLING, Rudyard. *Kim*. London: Penguin, 1994.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- WILLIAMS, Patrick. *Kim and Orientalism*. In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (Ed.). *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*. New York: Columbia University Press, 1994. p. 480-497.

⁶ ‘These be the sort to oversee justice. They know the land and the customs of the land. The others, all new from Europe, suckled by white women and learning our tongues from books, are worse than the pestilence. They do harm to kings.’